

COLUNA

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA EM PAUTA

Luciana Guimarães Nascimento

O antirracismo como epistemologia pedagógica



Filósofa estadunidense Ângela Davis.

A partir do que nos ensinou a professora e filósofa estadunidense Angela Davis, “numa sociedade racista, não basta não ser racista, é necessário ser antirracista”, compreendemos que é nas práticas cotidianas que o racismo deve ser eliminado. Isto significa que não adianta recriminar e se dizer contra práticas discriminatórias de cunho racial, sem se colocar veemente contra essas ações, educando e reeducando seu comportamento, refletindo e considerando as subjetividades dos indivíduos, e instigando essa reformulação do imaginário naqueles que estão ao seu redor, como prática espontânea no dia a dia, oportunizando novas configurações de convivência social.

Diante do nível de racismo entranhado na estrutura social brasileira hoje, são muitas as interferências sustentadas pelo imaginário racista na trajetória das pessoas de cor, que apresentam marcas fenotípicas distintas da considerada canônica em termos estéticos e humanitários, ou seja, a branca. Em muitos casos,

ocorre o comprometimento da existência desses sujeitos marcados pela cor e, por isso, não é exagerado afirmar que o antirracismo no Brasil precisa se estabelecer como um referencial teórico-prático entranhado na vida social de quem não se conformam com a divisão que relega aos indivíduos de ascendência não branca os infortúnios da discriminação, os riscos da estigmatização, a diminuição de direitos cidadãos a partir de estereótipos que condenam pelo visual e achatam humanidades na base da pirâmide social.



Antropólogo congolês Kabengele Munanga, durante a Flica, 2016. Foto: Divulgação.

Afirmar e compreender o antirracismo como epistemologia, implica em repensar as ações sociais a partir de princípios científicos e filosóficos, transformando em teoria do conhecimento a prática de arquitetar passos combativos às opressões que historicamente afetam, sobretudo, aos indivíduos negros no Brasil. A insatisfação com o modelo de segregação não oficial, mas consolidado na prática, que vem mobilizando as dinâmicas sociais desde o início do processo colonial, precisa impulsionar atitudes que colaborem com a reconstrução do imaginário social brasileiro ainda muito influenciado pelo que o professor Kabengele Munanga (2010) chama de “mito da democracia racial”, negando o racismo à brasileira, mais cruel por sua dissimulação, e configurando um crime perfeito ao dificultar e, por vezes, deslegitimar o debate sobre as opressões decorrentes da ideologia racial na sociedade brasileira.

Abraçar o antirracismo como uma prática epistemológica provoca a reconfiguração das ações cotidianas baseada em um outro referencial de convívio social, aberto às novas aprendizagens sobre as diferenças, compreendendo que estas foram utilizadas para sustentar desigualdades a partir de parâmetros coloniais, configurados dentro de um sistema hegemônico de conhecimento e poder que desqualificou as identidades não brancas ao longo dos séculos. Por isso é necessário reeducar o pensamento social a partir de um entendimento contrário ao colonialismo enquanto política do medo, como define Grada Kilomba (2016), reorganizando a produção dos saberes frente à uma visão *descolonial*, impulsionando um movimento desvencilhado das amarras ideológicas colonialistas opressoras.

Faz-se necessário sedimentar o entendimento de que não existe neutralidade nos discursos, posto que as manifestações dominantes partem de um lugar específico, geralmente consagradas por serem acadêmica, branca e ocidental, logo, amarradas em uma universalidade irreal construída pelo homem branco, cis gênero e heterossexual do norte global. Importante passo é assumir que vivemos em uma sociedade além de sexista, racista, por isso, precisamos desnudar a ficção das relações harmoniosas entre indivíduos de diferentes raças/etnias, desmascarando a tal “democracia racial” (MUNANGA, 2010), criando abertura para uma nova concepção epistemológica sobre as relações raciais no Brasil.

À vista disso, historicizar os conhecimentos se abrindo para novas narrativas, não canônicas, é uma forma legítima de oposição à compreensão singular sobre os fatos, inibindo a exaltação de histórias únicas e o perigo dos estereótipos que estas abarcam. Em diálogo com as reflexões da escritora nigeriana Chimamanda Adichie, quando esta sublinha que “É impossível falar sobre a história única sem falar do poder. (...) O poder é a capacidade de contar a história de outra pessoa, tornando-a a história definitiva dessa pessoa” (ADICHIE, 2009), cabe produzirmos uma dinâmica comunitária de escuta perante aqueles que tiveram suas vozes abafadas no decorrer da história oficial, para que o



Grada Kilomba é escritora e artista plástica portuguesa. Foto: Divulgação.



Escritora e ativista feminista e antirracista nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie. Foto: Divulgação.

antirracismo se consolide na prática, e o poder discursivo se dissipe, ao menos nos contextos de opressão racial, dando oportunidades para novos paradigmas culturais, promovendo a ascensão de outros protagonismos.

Nesta perspectiva, cabe empenho para resgatar os referenciais histórico-culturais africanos e afro-brasileiros, considerando-os como elementos marcantes para a identidade do Brasil, da mesma forma que para mais da metade de sua população. Em razão disso, torna-se inócuo graduar percepções de mundo em parâmetros de superioridade ou inferioridade ao assumirmos que existem formas outras de produção dos saberes, para além das destacadas pelo ocidente, e essas diferentes cosmologias implicam em discrepantes formas de organização da consciência. Considerar que as hierarquias raciais, de sexo e de gênero acabam influenciando uma universalidade, que mesmo irreal, marginaliza culturas estabelecidas fora do eixo territorial prestigiado, abre caminho para novas percepções de mundo agregando conhecimentos históricos, até então ignorados, sobre a nossa ascendência negra africana.



Sueli Carneiro, filósofa, escritora e ativista antirracismo brasileira.

Impulsionar narrativas não hegemônicas, constantemente marginalizadas, sobre história e identidade cultural ao topo do processo de reconfiguração das dinâmicas sociais, deixando de lado o conservadorismo judaico-cristão que teme a perda do *status quo*, propiciará uma nova dinâmica, contrária ao racismo epistêmico, evitando aquilo que Sueli Carneiro (2005) nomeou como *epistemicídio*, por aniquilar vozes dissonantes da razão científica considerada universal. Ouvir as vozes historicamente silenciadas configura um exercício de responsabilidade social empenhada na reconfiguração das relações sociais, até então pautadas pelo discurso dominante dos opressores, e que triunfou como prevalecente durante

séculos no Brasil reprimindo modos de produção dos conhecimentos alheios à razão científica tida como absoluta dentro do cânone dominante.



Filósofo brasileiro Renato Nogueira. Foto: LEAFRO

Ao preconizarmos saberes pluriversais, baseados em um princípio filosófico antidogmático, definido por Renato Nogueira (2011) como de *afroperspectividade*, consolidaremos um sistema estratégico de pensar e viver a partir das matrizes africanas, nosso maior referencial constitutivo, promovendo uma ruptura no ciclo de poder que o discurso tem produzido para subalternizar indivíduos negros no Brasil, retirando-os, inclusive, de sua humanidade. Trata-se de uma reconstrução civilizatória capaz de identificar as raízes do racismo no Brasil dentro da visão de inferioridade sobre sujeitos africanos, reconhecendo a força estrutural e estruturante dessas bases, e se opondo a elas instigando modificações comportamentais individuais que pressionem as instituições diante de um movimento coletivo pautado na consciência crítica a respeito da própria identidade.

Por este ângulo, significar manifestações histórico-culturais diversas em território brasileiro, valorizando as africanidades aqui manifestadas, contempla formas outras de entendimento acerca do mundo. Ao linearizarmos as experiências que configuram as culturas, conceberemos um modelo de produção dos conhecimentos a partir de uma *ecologia de saberes* - reconfiguração epistemológica que conforme Boaventura de Souza Santos (2010) produz uma “pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico”-, abrindo espaço para diferentes discursos aflorarem e, com riqueza na interpretação dos fatos, restaurar a compreensão a respeito da nossa própria história.

É através desse modelo interseccional de elaboração de saberes que ganharão destaque as experiências díspares, para além da linha acadêmica, consolidando um antirracismo epistêmico edificado, em linearidade, nas bases sociais. Com domínio sobre a reestruturação das concepções que alicerçam as interações comunitárias, o indivíduo será capaz de identificar e consertar comportamentos incongruentes, assentados em princípios racistas, para então impulsionar medidas institucionais que ampliem o círculo de indivíduos com direito a voz na sociedade.

Isso posto, interessa a toda coletividade repensar as distintas formas de interação humana como um processo (re)educativo, perpassando as instâncias formal, não-formal e informal de educação, já que pretendemos assumir o diálogo social como pilar para a reinvenção das dinâmicas cotidianas que urgem ser antirracistas. Da mesma forma, influenciar ações reguladas, não apenas no campo da justiça, como também da política, em prol do enaltecimento da diáspora negra que nos constitui, representa edificar um processo civilizatório que reivindica o direito de ter sua ancestralidade reconhecida, por conseguinte, valorizada.

Como espaço formal de produção dos conhecimentos, a escola tem significativa importância em todo esse decurso. No entanto, as relações tecidas em espaços não formais de ensino, e as que ocorrem nas trocas informais, nas conexões diárias com o meio, apresentam o mesmo peso, posto que o processo (re)educativo só alcançará sucesso se envolver o diálogo permanente nas instâncias sociais. A reeducação social atrelada a uma reformulação epistêmica que dê validade à origem, à estrutura e aos métodos utilizados na produção de saberes pelos diversos grupos comunitários dentro de uma sociedade, facilitará a desconstrução da lógica que tende a desqualificar conhecimentos, menosprezar vivências locais de grupos específicos através de uma visão biologizante sobre indivíduos, por isso, racista.

Assim sendo, convém um outro olhar para a África, ponderando o continente como território negro originário, por isso, na centralidade do reconhecimento sobre suas influências históricas na configuração cultural de mais da metade da população brasileira, que conforme a última Pnad Contínua de 2018 configura 55,8% de pretos e pardos (negros, conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE). Abrir-se para “as histórias que a história não conta”, conforme cantou na avenida a Estação Primeira de Mangueira no carnaval de 2019, provoca um novo olhar diante das Histórias até então veiculadas, marcadas pela visão colonial. Esse movimento estimula desbravar as Histórias negadas e ignoradas por uma concepção de erudição categorizada, perante conhecimentos não ocidentais taxados de primitivos, ou, por vezes, propositalmente apagados pelo potencial insurgente que carregam.

Repensar os discursos e as práticas sociais que sustentam o racismo no Brasil, abrindo-se para compreensão sobre privilégios historicamente garantidos àqueles que não trazem as marcas da negritude no biotipo, implica na abertura para uma nova configuração de imaginário social, intensa, todavia colaborativa e

comunitária na medida que parte do individual para atingir ao coletivo. A responsabilidade social urgente no Brasil perante a consolidação do antirracismo, requer um pensamento político e estratégico ético, dissonante do sistema até então empregado, comprometido com uma reparação social, fruto da dívida do Estado brasileiro, arquiteto e reproduzidor da ideologia de branqueamento, voltado à população negra.



A pedagoga e antropóloga brasileira Nilma foi ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos no governo de Dilma Rousseff.

Por fim, a instrução capaz de reformular as relações étnico-raciais para além de uma retórica vazia e simplista sobre o antirracismo pode se inspirar no processo educativo do Movimento Negro brasileiro, que se apresenta enquanto movimento social sujeito coletivo e político, dessa maneira educador, nas palavras de Nilma Lino Gomes (2017). O embasamento para uma pedagogia dialógica e emergente das relações sociais, tensionando concepções consolidadas para produzir novos acordos coadunando com uma razão emancipatória a respeito das subjetividades que se encontram no meio, suporta um arcabouço de diversidades as quais o fim é a liberdade.



A brasileira Luiza Bairros, cientista social e ativista da luta antirracista foi ministra da Igualdade Racial do Brasil entre 2011 e 2015.

Libertar a negritude brasileira das amarras, e das consequências, do racismo deve ser do interesse de todos, negros e não-negros, e o Movimento Negro brasileiro está empenhado no alcance desse ideal há muitos anos, por isso tem *know how* nessa caminhada. Ouvir os mais velhos, em especial os negros e negras que estão na luta antes de nós, implica no reconhecimento da potencialidade do que nos deixou como ensinamento Luiza Bairros (2011), “Todos somos humanos, e a resistência aos processos desumanizadores do racismo é, de longe, a maior contribuição dos negros à cultura brasileira.” Abertura para ouvir e aprender com os Movimentos Negros a desenvolver um antirracismo orgânico, capaz de modificar a estrutura que tem determinado a exclusão da população negra na sociedade brasileira, é a mudança de postura necessária para iniciar a configuração de uma nova ideologia racial brasileira.

Luciana Guimarães Nascimento



Luciana Guimarães Nascimento é Mestre em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Pedagoga formada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ possui Especialização (lato sensu) em Relações Étnico-Raciais e Educação; em Administração e Supervisão Escolar, Orientação Educacional e Pedagógica. Também apresenta cursos nas áreas de História e Cultura Brasileira, Cultura Africana, Gênero e Diversidade na Escola, Feminismo Negro e Educação Inclusiva. Atuou como Professora-Tutora no curso Semi Presencial de Pedagogia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, através do Consórcio UAB/CEDERJ/UNIRIO no Pólo Niterói. Atualmente, desenvolve atividades em Redes Públicas de Ensino como Professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (SME/RJ) e Supervisora Escolar (SEMED/PMQ). Pesquisadora da área da educação com foco no pensamento decolonial e as influências das categorias gênero, raça e classe no currículo escolar. Nesse sentido, desenvolve práticas pedagógicas reflexivas atravessadas por temáticas como relações étnico-raciais, direitos humanos, diversidade e feminismo negro. Membro-Filiada a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), Integrante da Rede Carioca de Etnoeducadoras Negras e do Coletivo de Professores Antirracistas Agbalá; tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação das Relações Étnico-Raciais, Diversidade na Educação, Políticas Educacionais, Formação de Professores e Gestão de Processos Educativos.

Referências

ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma história única**. 2009. Disponível em: <http://www.ted.com/talks/lang/por_br/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html>. Acesso em: JUL/2016.

BAIRROS, Luiza. A pobreza e a cor da pobreza. **Folha de São Paulo** – Opinião São Paulo, sexta-feira, 13 de maio de 2011.

CARNEIRO. Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: < <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>>. Acesso em 20 de abr. de 2018.

ESTAÇÃO PRIMEIRA DE MANGUEIRA. **Histórias para Ninar Gente Grande**. Samba-Enredo, 2019. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/mangueira/samba-enredo-2019-historias-para-ninar-gente-grande.html>. Acesso em: Mar/2019.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

KILOMBA, Grada. **Descolonizando o Conhecimento: uma Palestra-Performance**. Disponível em: <https://joacamilopenna.files.wordpress.com/2018/05/kilomba-grada-ensinando-a-transgredir.pdf>. Acesso em JUN/2020.

IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: Nov/2019.

MUNANGA, Kabengele. Teoria Social e relações Raciais no Brasil Contemporâneo. **Cadernos Penesb**, Niterói, n. 12, p. 169-203, 2010.

NOGUERA, Renato. UBUNTU COMO MODO DE EXISTIR: Elementos gerais para uma ética afroperspectivista. **Revista da ABPN**, v. 3, n. 6, nov. 2011 – fev. 2012, pp. 147-150.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. In: _____; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010.